

EDITORIAL

Apresentamos o rico conteúdo da Revista COCAR, cujo v. 8, n. 16, pretende dar visibilidade e acesso aos estudos e pesquisas que geraram um ensaio e artigos que foram elaborados por estudiosos e investigadores de diferentes partes das regiões do Brasil. Estes trabalhos acadêmicos abordam diversas temáticas como: educação inclusiva para o aluno com deficiência, *bullying* escolar, formação continuada e desenvolvimento profissional, coronelismo nos livros didáticos de história, colonialidade do poder e relações sociais e educativas, expansão da educação superior e trabalho docente, identidade cultural, saberes e práticas socioambientais, formação continuada de pedagogos, dependência química e envelhecimento, diferenças culturais, relações raciais, criança, sociedade e cultura, currículo nas escolas do campo, oralidade e prática docente e leitura literária e práticas leitora.

As preocupações com essas questões derivam do contexto histórico, político e cultural, como alguns trabalhos demonstram a diversidade cultural e ética em suas características de grupos em suas especificidades que precisam de olhares aguçados para desvendar seus limites e potencialidades. Dito isto, passamos a apresentar o primeiro artigo “Educação inclusiva e gerenciamento de serviços com ações na interface entre a área da saúde e a da educação: uma reflexão na perspectiva operacional”, cujos autores Rita de Cássia Tibério Araújo; Eduardo José Manzini e Maria Luiza Salzani Fiorini discutem a inclusão do aluno com deficiência, com base na literatura sobre o foco deste ensaio, e demonstram ser necessário a estruturação dos serviços de gerenciamento intersetorial de práticas integracionistas que envolvam, principalmente, as áreas da saúde e educação, para realizar o diagnóstico da funcionalidade do aluno e o acompanhamento da sua trajetória escolar. Referida estruturação

e gerenciamento, segundo os autores, com base no referencial teórico aponta a Equipe de Referência como uma forma de atuação que precisa lançar mão de várias estratégias como: ensino colaborativo, consultoria colaborativa, entre outras. Essa forma de atuação de colaboração interprofissional, todavia, ainda não se tornou prática institucionalizada permanente que garanta a inclusão dos alunos da Educação Especial.

Por sua vez, em “Contribuições da produção científica para o diagnóstico, prevenção e intervenção junto ao *bullying* no contexto escolar”, Paula Mariza Zedu Alliprandini e Grasiella Cervejeiras Sodré evidenciam, com base nas informações oriundas dos sites da CAPES e do *SciELO*, referentes ao período de 2000 a 2011, por meio da análise qualitativa, como é tratado o diagnóstico/caracterização, prevenção e/ou intervenção do fenômeno *bullying* no contexto escolar. Os autores concluem ao afirmar que grande parte dos trabalhos analisados priorizou ressaltar a caracterização/diagnóstico do fenômeno *bullying*, enquanto a prevenção e/ou intervenção precisa ser mais estudada tendo em vista que existem poucos trabalhos produzidos e que estes têm sua importância pelo fato de sugerir formação a todos os segmentos da escola, com o fim de compreender e enfrentar o *bullying*, como é necessário criar uma política institucional “*antibullying*.”

As reflexões contidas no artigo “Professores iniciantes da rede municipal de ensino: formação continuada e os reflexos no desenvolvimento profissional” de autoria de Miriane Zanetti Giordan; Márcia de Souza Hobold e Marli Eliza Dalmazo Afonso de André traz evidências sobre a formação continuada oferecida aos docentes iniciantes da rede pública municipal e que por certo enriquecem o debate, ao tomar como referência autores que discutem o conceito de formação continuada, as práticas formativas, os desa-

fios enfrentados e o entendimento de que a aprendizagem destes professores precisa se pautar no conhecimento-para-a-prática, conhecimento-em-prática e conhecimento-da-prática para o desenvolvimento profissional. Esta pesquisa de base empírica revela que as formações ofertadas são pontuais e carecem se conectar com as necessidades formativas docentes, em que encontros pudessem possibilitar a troca de experiências de como usar as novas tecnologias presentes no espaço escolar e a temática da inclusão para saber lidar com alunos especiais.

O artigo “O coronelismo nos manuais didáticos de história no ensino fundamental das escolas públicas de Ribeirão Preto – SP”, dos autores José Faustino de Almeida Santos e Andrea Coelho Lastória, resulta de análise analítico-descritivos de natureza qualitativa, com o propósito de debater, com base em pressupostas da historiografia no qual articula o micro e o macro no sentido de atender o objetivo de descrever e analisar como o conteúdo curricular coronelismo foi apresentado em três materiais didáticos de História do Ensino Fundamental II. Os autores discorrem sobre o conceito do termo coronelismo desde o Brasil caipira, no sentido de demonstrar o poder político exercido nesse município paulista. Dentre os materiais didáticos analisados os autores não constataram em nenhum dos três manuais selecionados a oportunidade de desenvolver práticas escolares que se coadunam com o objetivo de formação política para o exercício da cidadania, embora o livro “História em Documento” apresentasse tal possibilidades esboçadas no final do capítulo que eles analisaram.

O trabalho de Raimundo Nonato de Pádua Câncio e Sônia Maria da Silva Araújo, intitulado “Colonialidade do poder e sujeição nas relações sociais e educativas no Alto Trombetas” adentra por meio da pesquisa bibliográfica, com o uso da abordagem pós-colonial para alcançar o objetivo de com-

preender a ideologia colonial e patriarcal nas relações interpessoais e educativas, bem como reconhecer os processos coercitivos para consolidação da ocupação na região Oeste do estado do Pará, do Alto Trombetas. Os autores revelam o avanço da privatização das terras e outras relações sociais de poder assimétrico que são gestadas como a patronagem em que se cria a “re-escravização” das populações afrodescendentes ao deixar a agricultura e extrativismo autônomo da castanha para a relação de dependência e sujeição dos patrões de empresas mineradoras instaladas na região.

Por sua vez, o artigo “A expansão da educação superior nas IFES: repercussões no trabalho docente”, de autoria dos investigadores Carla Vaz dos Santos Ribeiro; Rodrigo de Oliveira Dantas e Samiris Costa da Silva, faz parte de uma pesquisa maior financiada pela CAPES. O recorte que os autores apresentam analisa o atual cenário desse fenômeno ao tomar como *locus* a IFES do estado do Maranhão para apresentar os seguintes resultados que evidenciam a repercussão desse processo de reestruturação e expansão do trabalho docente ao gerar: a flexibilização, intensificação e extensificação do trabalho docente, falta de apoio administrativo, competição entre pares, tudo isto leva a precarização do trabalho, ao sofrimento em virtude da reconfiguração que as IFES brasileiras sofrem com o movimento de reestruturação vigente.

O artigo de Denise Simões Rodrigues tem como foco a educação para a construção identitária paraense, com base nos romances do autor paraense Dalcídio Jurandir. Entre as obras desse autor analisadas estão Belém do Grão Pará, Três Casas e Um Rio, Passagem dos Inocentes e Primeira Manhã. Para traçar o referencial teórico a autora também se vale de estudiosos como Bosi, Castoriadis, Castells, entre outros, que tratam de identidade. Por meio da análise em uma perspec-

tiva sociológica, a autora afirma que existem semelhanças nas obras de Dalcídio Jurandir, quanto a constituição do tipo sociocultural construído pelos romancistas no início do século XX, entre estes, ela destaca as obras de Inglês de Sousa, que talvez seja um arquétipo de uma identidade cultural como se manifesta hoje. Evidencia a desigualdade, o preconceito, a corrupção e as estruturas políticas em seus jogos pelo poder das elites da época. Nos romances de Dalcídio Jurandir, a autora percebe a emergência de outros atores sociais que forjam seu espaço político.

Na sequência temos o trabalho denominado “Territórios insulares: saberes e práticas socioambientais cotidianos” de Maria das Graças da Silva, em que objetiva o conhecimento e a compreensão dos saberes construídos e/ou vivenciados no cotidiano dos seres humanos na sua relação com a biodiversidade. Valeu-se da pesquisa etnográfica, por meio da observação participante, entrevista semiestruturada e etnofotografia para investigar a Comunidade Igarapé Grande, na Ilha João Pilatos, no município de Ananindeua, no estado do Pará. Do quadro teórico constam Santos, Certeau, Diniz e Lopes para descrever aspectos físico-territorial da comunidade. Quanto aos saberes oriundos de práticas socioculturais a autora ressalta os saberes ambientais locais fomentados na relação com a natureza em que elementos do solo, dos rios e das matas proporcionam aos habitantes as condições de vida para sua produção e reprodução. Entre as práticas torna-se evidente a agricultura familiar e a produção agroextrativista. Outras práticas estão postas nessa comunidade advindas do saber-fazer ao lidar com plantas silvestres que geram novos saberes na fabricação de remédios caseiros.

O denominado trabalho “A escola e o currículo em tempos de neoliberalismo e globalização: apontamentos de uma formação continuada de pedagogos” de Tânia da

Costa Fernandes, tem o objetivo de investigar a parceria efetivada entre Universidade Estadual de Londrina e as redes municipal e estadual de ensino, para oferecer a formação continuada a 200 pedagogos, por meio do curso de extensão I Jornada: A identidade do pedagogo como organizador do trabalho pedagógico. Tal formação promoveu a troca de experiências entre pesquisadores e os pedagogos, como propiciou contribuições teóricas advindas da pesquisa “Política e Educação: uma análise crítica das aproximações entre o ecletismo teórico e o conservadorismo ideológico das políticas públicas em educação nas diretrizes curriculares paranaenses”, para compreender o processo educativo, a análise do currículo e suas implicações políticas e ideológicas na *práxis* do pedagogo bem como a contextualização da escola no cenário do neoliberalismo e globalização. Dussel, Saviani, Apple, Giroux, entre outros, fundamentam o artigo de forma teórica para se ter a compreensão do papel da escola, do currículo para emancipação humana.

Em “A dependência do álcool na dialética do envelhecimento”, Karina Donizete Martins, além da pesquisa bibliográfica utiliza diversos procedimentos de pesquisa como: entrevista semiestruturada, grupo focal, visitas domiciliares, para estabelecer relações entre o envelhecimento e dependência química do álcool e a atuação do educador social para a superação desta situação. A autora discorre sobre a velhice no contexto brasileiro, seus direitos, deveres e problemas enfrentados em decorrência da velhice. Além disso, expõe as consequências do uso do álcool e a intervenção sóciocomunitária, bem como os resultados, entre eles: 54,29% dos idosos não participam de eventos sociais; demonstra a importância do vínculo familiar; falta de interação entre gerações; visão negativa do idoso em relação ao contexto da sociedade e o papel do educador social para

ajudar o idoso, a família e a comunidade a modificar tal realidade.

Na pesquisa centrada na “Estratégia de projetos e contextualização do conhecimento: reflexões sobre a cultura indígena no ensino de história”, Cristina Satiê de Oliveira Pátaro e Ricardo Fernandes Pátaro buscam refletir sobre a temática indígena com uso de outras possibilidades de ensino de história, com base em práticas pedagógicas a fim de levar os discentes a repensarem as relações étnico-raciais. O trabalho desenvolvido também fez uso de documentos: Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) e na Lei 11.645, de 11 de março de 2008. No desenrolar da prática duas questões foram formuladas pelos alunos para orientar o trabalho pedagógico. Tais questões propiciou envolver diversas atividades por parte dos estudantes como: pesquisa bibliográfica, visita a um sítio indígena, vivências de atividades indígenas, elaboração de textos, com base em fontes históricas sobre a população indígena, escrita de diferentes óticas e origens, debates e leitura de livro. Os autores consideram que o conteúdo de História estudado nessa prática, da forma como foi trabalhado, propiciou discussões e compreensões quanto às diferenças culturais, o respeito e à valorização das culturas, em especial, da cultura indígena, como puderam ainda compreender a participação dos grupos indígenas no processo de construção da história no Brasil.

O artigo “Um estudo das relações raciais em teses dissertações brasileiras no período de 2004 a 2013”, de Franklin Eduard Auad Thijm e Wilma de Nazaré Baia Coelho tem sua origem em uma pesquisa de cunho qualitativo e bibliográfico, com base no pensamento de Bourdieu, para compreender os conceitos de campo e *habitus*, em que os autores procuram articular os discursos no que se refere a temática relações raciais na

vigência da Lei nº 10.639/03. Os elementos chave selecionados para análise foram: identidades, currículo, formação de professores, instrumentos pedagógicos, políticas públicas e ações afirmativas. Para proceder a análise e construir a base teórico foram utilizados estudiosos como: Hall (2005), Woodward (2006), Gomes (2005), Hasenbalg, (2005) e Guimares, (2002), Lima (2007), Imbernón (2006), Freitas (2007), Pimenta (2002), Silva (1996), Coelho (2006), entre outros. As considerações finais chamam atenção para alguns aspectos, entre eles: os autores acreditam que a escola pode se tornar o espaço com ação formativa para construir e articular diferentes *habitus* coletivos/individuais em consonância com as realidades multirraciais para gerar conhecimentos e saberes, porém preservando traços e matrizes culturais. A implementação da Lei nº 10.639/03 careceu de maior divulgação para que o projeto de afirmação de uma sociedade multirracial possa de fato ser viável. Isto será possível quando os profissionais e as instituições trabalharem para criar um *habitus* educativo em que outros valores possibilitem alterar o quadro de exclusão da comunidade negra. As teses e dissertações produzem conhecimentos que são acessíveis a poucos e tais produções demonstram, que o âmbito escolar começa a efetivar práticas, problematizações e dar visibilidade ao debate sobre relações raciais.

O trabalho “O lugar da criança e da infância no município de Parintins, interior do Amazonas, Amazônia”, de Ângela Rodrigues de Figueiredo; Patrícia dos Santos Trindade e Renan Albuquerque Rodrigues exploram e discutem a necessária relação criança-sociedade-cultura. Tem como objetivos: evidenciar os usos e apropriações de espaços públicos destinados à criança e à infância em três bairros da periferia em uma comunidade suburbana e dar visibilidade às crianças na atividade do brincar em espaços não institucionais para discutir seu papel como sujeito

social e transformador da própria cultura. Os autores fizeram uso de pressupostos da etnografia: técnicas de observação direta e registro em diário de campo, registro de imagens e entrevistas com crianças e adultos. O referencial teórico foi baseado em Ariès (1981), Charlot (1986), Kramer e Leite (1996), Corsaro (2002) e Coll Delgado e Müller (2005). Os achados da pesquisa revelam que diferentes populações infantis existentes na Amazônia vivenciam formas de ser criança a partir de brincadeiras, apropriações de espaços e improvisações.

O artigo seguinte de Ana Cláudia da Silva Rodrigues e Rayane Pereira Santos, denominado “A resignificação do currículo nas escolas do campo: da descontextualização à contextualização”, desenvolvido em uma abordagem qualitativa, busca por meio da análise documental; da entrevista e do relato das ações realizadas nos encontros para organizar o PPC para responder: “a formação escolar promovida pelas escolas do campo que apresentam em seus currículos o distanciamento da cultura dos povos campestres contribuirá para a formação de uma identidade campestre? Como as crianças e jovens, ao se formarem em espaços que negam sua cultura, poderão se identificar com os valores campestres? A escola, como espaço de seleção e organização do conhecimento que se materializa por meio do Projeto Pedagógico Curricular, contribui para a negação da identidade campestre? É possível, ao se dar uma nova significação ao currículo, construir na escola um espaço que promova o reconhecimento dos sujeitos do campo?” Os resultados apontam que: os Projetos Pedagógicos Curriculares das escolas pesquisadas foram construídos pela Secretaria Municipal de Educação sem a participação da comunidade interna e externa as escolas; os projetos pedagógicos analisados demonstraram não atender as necessidades dos povos campestres; os currículos investigados não

apresentam características de contextualização; a elaboração coletiva da proposta curricular para o ano de 2014 contribuiu na reflexão dos sujeitos sobre a realidade dos povos do campo; os participantes da pesquisa revelam a importância da construção coletiva dos PPCs, da formação continuada dos docentes para a consolidação da identidade campestre e a contextualização curricular.

O artigo com o título: “Oralidade e prática docente: as experiências de professores da educação básica Abaetetubense”, de Rosenildo da Costa Pereira, investiga o prescrito e o realizado no tratamento da oralidade por meio da prática dos professores, no espaço da sala de aula, em duas escolas da zona urbana do município de Abaetetuba. A análise e interpretação das entrevistas semiestruturadas, a seis professores que atuam no 5º ano/9, mostra que eles priorizam a produção escrita em suas aulas de Língua Portuguesa em detrimento da produção oral, desenvolvida por meio de rodas de conversas, relatos, perguntas e respostas, debates e seminários. A falta de um referencial teórico, por parte da maioria dos professores, provoca dificuldades para eles produzirem um trabalho com a linguagem oral. O que o autor constata é a efetivação de um trabalho de linguagem que oferece atividades de memorização com reproduções mecânicas.

Temos por fim o artigo “A leitura literária no GT10 - alfabetização, leitura e escrita - da Anped” de Flávia Brocchetto Ramos e Gabrielle Dall’Agnol, em que as autoras fizeram o uso dos princípios do Estado da Arte e da pesquisa bibliográfica para fazer a descrição analítica de 72 textos que foram apresentados na modalidade de comunicações orais e publicados por meio eletrônico no GT10. De início foram criados quatro eixos temáticos: Leitura e escrita; Leitura literária; Práticas leitoras – mediação e Outras leituras com o propósito de constatar as concepções de leitura e a presença da leitura literária. A

análise e interpretação aponta que: 19 textos abordam a leitura relacionada à escrita em uma visão tradicionalista; 21 discorrem sobre a leitura literária, tendo a preocupação com a significação de leitura como atribuição de sentido a fim de desenvolver seres mais humanos e críticos; 20 referem-se às práticas leitoras e à importância da mediação em diferentes perspectivas, para a formação leitores e aprendizes e 12 apresentam discussões sobre outras leituras. As considerações revelam que a escola dá destaque as atividades que desenvolvem a leitura da palavra, quando deveria priorizar as diversas práticas, múltiplos objetivos, formas, objetos, contex-

tos e suportes em que o texto é divulgado. As autoras ainda ressaltam que já existem algumas tentativas de criar novas metodologias que buscam implementar a leitura em toda a sua complexidade.

Acreditamos que o ensaio e os artigos publicados neste número da Revista Cocar revelam a qualidade e o esforço do conjunto de professores-pesquisadores e esperamos que satisfaça as necessidades e expectativas de todos os leitores. Por fim, para concluir desejamos aos leitores uma boa leitura.

Prof^a Dr^a Albêne Lis Monteiro
Universidade do Estado do Pará